

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. PREGÃO ELETRÔNICO nº 20/2019

PLANSUL E PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.533.318/0001-58, sediada a Av Joaquim Costa 270, Agronomica – Florianópolis – SC, neste ato representada pelo seu Superintendente Rafael Beda Gualda, vêm, respeitosamente, com fundamento no art. Art. 4º inciso XVIII da Lei nº 10.520/02 e item 8.1.1, 8.3 e seguintes do Edital de Convocação do Certame, apresentar RECURSO contra ato ilegal do PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, na condução do Pregão Eletrônico nº 20/2019 originário do processo administrativo nº 21000.032191/2019-67, que, em afronta às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Instrução Normativa nº 05/2017 e ao art. 37 da Constituição Federal, do Edital de Convocação lesou direito líquido e certo da impetrante em processo licitatório da Secretaria de Estado da Administração, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I - DA RETROSPECTIVA DOS FATOS

Nestas condições, após a publicação do Edital, resolveu participar do Pregão Eletrônico nº 20/2019, que tem o objeto de contratar proposta mais vantajosa para serviços de apoio administrativo e demais serviços auxiliares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Eis o necessário relatar.

II - DO FUNDAMENTO JURÍDICO

II.1. - Dos Princípios que norteiam o processo licitatório

A licitação é um procedimento administrativo, ou seja, uma série de atos sucessivos e coordenados, voltada, de um lado, a atender ao interesse público, pela escolha do negócio mais vantajoso para a Administração Pública, e de, outro a garantir a legalidade, e ISONOMIA, princípio de fundamental importância para que os particulares possam disputar entre si, de forma justa, a participação em contratações que as pessoas jurídicas de direito público entendam realizar.

Desta forma, como retro mencionado, a Licitação, objetivando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, deve obedecer: o princípio da isonomia entre os concorrentes, para que se obtenha condições que permitam sindicar a observância dos princípios da legalidade, da vinculação ao edital, da impessoalidade, da moralidade, e da probidade administrativa, sem o que restam, comprometidas a validade da própria licitação e a consecução de seus objetivos, como definido no caput do art. 3º. da Lei 8.666/93:

Art. 3º. A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.." (grifou-se)

Com fulcro em tais preceitos legais, é de se saber que os princípios se apresentam como o alicerce das normas que regem os atos administrativos e devem ser obedecidos, sob pena de restar frustrada a validade e eficácia da licitação pública

II.2 - DO GRAVE EQUÍVOCO NA DECISÃO QUE CLASSIFICOU A EMPRESA RDJ - PROPOSTA EM CLARA VIOLAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL.

O Sr. Pregoeiro, chamou ao envio da proposta a empresa RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI (atual prestadora dos serviços.) Curiosamente, solicitou a recorrida em relação as retenções para conta vinculada que apresentasse uma mera declaração no chat, sem, contudo, determinar, como fez com a recorrente, que apresentasse os cálculos na planilha que acompanha a proposta comercial, sendo que a mesma se ajustasse a planilha não fecharia seu preço, ajudando a empresa atual, o que não fez com a empresa anterior.

É forçoso perceber que em nenhum momento o pregoeiro pediu para que a recorrida fizesse uma readequação na planilha referente a conta vinculada, como também não se utilizou do termo CUSTOS, mesmo sendo alertado por esta recorrente.

Assim, a empresa RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI, apenas declarou através de chat quanto a exequibilidade de sua proposta e o pregoeiro mesmo tendo

determinado correções acatou a proposta, o que não pode acontecer pois efetuou lances sem se preocupar em fechar planilhas de custos pois depois somente declararia e tudo certo.

Mais uma vez reafirmando o respeito desta recorrente para com o Sr. Pregoeiro, mas o mesmo feriu de morte o princípio da isonomia, visto que a empresa RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI na planilha de custos quanto ao cargo de Secretário Executivo Bilíngue sequer cotou as provisões da conta vinculada corretamente, e mesmo assim teve sua proposta classificada.

Outro ponto que merece destacar é que a empresa recorrida cotou 1,3% para Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa (Módulo 3 alínea C e F), quando o correto seria 4% (inclusive informado pelo pregoeira a empresa anterior via chat, quando pediu para retificar de 5% para 4% conforme Lei 13.932/2019);

Outro erro na planilha de custos para o cargo de Secretário Executivo Bilíngue praticado pela recorrida, foi o cálculo do modulo 4 na alínea "a" (férias) onde foi cotado apenas 0,03%, percentual inexecutável para este item.

Sabemos que este item, trata da substituição do titular nas férias, ou seja, valor correspondente ao funcionário "ferista", sendo a formula de cálculo correta e também exposta no EDITAL – (anexo do Edital – planilha de custos e formação de preço) $(1 + 1/3) / 12 = 0,0926\%$.

Assim sendo os erros apresentados na planilha de preços da recorrida sequer poderão ser corrigidos em diligências, uma vez que os equívocos cometidos não poderão ser sanados sem a majoração do preço apresentando, uma vez que com a correção fatalmente o custo apresentado para reposição do empregado aumentará o que é vedado em diligência para correção de planilha.

Devemos lembrar que as correções que apresentem majoração do valor ofertado no lance são terminantemente proibidas conforme ensina o art. 29-A da IN/2008:

Art. 29-A. A análise da exequibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

§ 2º Erros no preenchimento da Planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

Não é cansativo relembrar que os erros formais em planilhas de composição de preços não têm o condão de desclassificar propostas, porém, quando as correções impuserem majoração no preço do lance ofertado a proposta deverá ser desclassificada por violação ao art. 29-A, parágrafo 2º da IN/2008 já transcrita acima.

No presente caso não teria como a RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI corrigir a sua planilha de composição de custos sem alterar o valor global do seu lance, o que na prática é vedado pela lei.

Assim os tribunais julgam casos idênticos

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AJUSTE DE PLANILHA. REDUÇÃO DO PREÇO OFERTADO NO ITEM. NULIDADE. CARACTERIZADA. 1. O edital faz lei entre as partes e vincula a Administração, mostrando-se inadmissível modificação das condições pré-estabelecidas no curso da licitação.

2. De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Da mesma forma, disciplina o pregão revisto na Lei nº 10.520/2002, modalidade de licitação, em relação a qual se aplicam subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93. Não basta, pois, obter-se a proposta mais vantajosa para a administração, devendo-se, na verdade, garantir a efetiva igualdade de condições entre os licitantes e o respeito às demais regras e princípios jurídicos, em especial aqueles que orientam as ações da Administração.

3. A alteração das cotações de itens individuais em pregão eletrônico visando o ajuste do valor total configura conduta inaceitável em pregões cujo o valor global é formado pelos lances individuais de cada item, pois confere vantagem indevida ao licitante que trabalha os lances de todos os itens sem a pressão dos concorrentes (seja por estarem muito acima ou muito abaixo do preço de mercado) e implica em desvantagem para as outras licitantes, frustrando os princípios norteadores das licitações públicas, além de aumentar o risco de ocorrência de jogo de planilha.

4. Mesmo que o critério de julgamento do edital seja pelo menor preço global, se o certame, por alguma razão de sua conveniência, vinculou a todos declinarem apenas o percentual de BDI no item, fere o princípio da isonomia e da impessoalidade permitir que um dos licitantes possa reajustar após encerramento das propostas, sem adequada justificativa, a única variável do item, no caso o percentual de BDI. 5. Não se trata de mera correção de erro material de planilha, mas de novo cálculo, executado com objetivo de reduzir a proposta para adequar-se ao próprio valor global declinado, após já estar ciente de todas as propostas apresentadas no certame. (TRF-4 - AC: 50491124520174047100 RS 5049112-45.2017.4.04.7100, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 19/09/2018, QUARTA TURMA)

O TCU no Acórdão TC 000.535/2015-0 já se manifestou pela impossibilidade de alteração da proposta após a fase competitiva, consignando o seguinte em sua ementa:

"A alteração das cotações de itens individuais em pregão eletrônico visando o ajuste do valor total configura conduta inaceitável em pregões cujo o valor global é formado pelos lances individuais de cada item, pois confere vantagem indevida ao licitante que trabalha os lances de todos os itens sem a pressão dos concorrentes (seja por estarem muito acima ou muito abaixo do preço de mercado) e implica em desvantagem para as outras licitantes, frustrando os princípios norteadores das licitações públicas, além de aumentar o risco de ocorrência de jogo de planilha.

III - DO PEDIDO

Requer-se a Vossa Senhoria que:

a) Seja conhecido e provido o presente RECURSO PARA: que anule a decisão administrativa que classificou a RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI, determinando em seguida a sua desclassificação.

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2020.

Rafael Beda Gualda
Superintendente
Plansul Planejamento e Consultoria Eirelli

Fechar